

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 765.779 - MG  
(2015/0210856-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : ESRON RODRIGUES GONCALVES**  
**ADVOGADO : THIAGO AERCIO DE QUEIROZ - MG121586N**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. APRESENTAÇÃO CONCOMITANTE DE PETIÇÃO REQUERENDO O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PREJUDICIALIDADE DO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PERDA DE OBJETO DO APELO EXTREMO. **RECURSO PREJUDICADO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário interposto por ESRON RODRIGUES GONCALVES, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

PROCESSO PENAL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. QUINZE DIAS. INTEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE NÃO COMPROVADO. DOCUMENTO INIDÔNEO. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. O recurso especial deve ser interposto no prazo de quinze dias, o que não ocorreu no caso.

2. O documento contido na petição de agrado regimental, intitulado "Calendário do Judiciário", não é meio apropriado para fins de comprovação da tempestividade recursal, que deve ser feito mediante a apresentação de documento idôneo, dotado de fé pública ou certidão lavrada pela Corte de origem.

3. Agrado regimental não provido (fl. 537).

Concomitantemente à interposição do presente apelo extremo, o recorrente apresentou petição requerendo o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, com fulcro nos arts. 61, 111, 109 e 117, todos do Código Penal (fls. 545/572), o que pretende, do mesmo modo, no presente apelo extremo.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 649).

É o relatório.

**Decido.**

Verifica-se, no caso em tela, que, contra o acórdão proferido pela Quinta Turma, houve a interposição do presente recurso extraordinário e apresentação de petição, sendo esta apreciada em primeiro lugar, pelo Ministro Ribeiro Dantas, que julgou prejudicado

# *Superior Tribunal de Justiça*

o agravo em recurso especial, diante do reconhecimento da extinção da punibilidade do recorrente, com espeque "nos arts. 107, IV, c.c 109, I, c.c 115, todos Código Penal, e 61 do Código de Processo Penal" (fl. 634).

Dessarte, diante da nova realidade processual, forçoso reconhecer que o objeto deste recurso extraordinário se esvaiu.

Ante o exposto, com fundamento no art. 22, § 2º, I, 'a', do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o recurso extraordinário.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

